



15 trilhões para a Cidade. E a área social sai ganhando.

O orçamento da Prefeitura de São Paulo para 1986 é de Cr\$ 15,066 trilhões, reajustado em 200,6 por cento em relação a 1985, cuja receita, prevista inicialmente em Cr\$ 4,4 trilhões deverá fechar o exercício em torno dos Cr\$ 8 trilhões por excesso de arrecadação. A peça orçamentária foi encaminhada ontem pelo prefeito Mário Covas (foto) à Câmara Municipal. O Legislativo tem prazo de 60 dias para apreciação e votação. As secretarias mais beneficiadas com recursos são, mais uma vez, as da área social.

Na área da Educação foram destinados Cr\$ 1,2 trilhão para a manutenção da rede de escolas, que atende, hoje, mais de 600 mil alunos. A merenda escolar absorverá Cr\$ 257 bilhões. Foram alocados também Cr\$ 79 bilhões para a construção de 24 escolas. A Secretaria de Cultura contará com Cr\$ 192 bilhões, dos quais Cr\$ 17 bilhões serão destinados à reforma do Teatro Municipal e os restantes Cr\$ 174 bilhões para manter o Centro Cultural e a rede de bibliotecas, teatros e museus. Os Cr\$ 77 bilhões destinados à Secretaria de Esportes deverão manter sua rede de Centros Educacionais, balneários e o Centro Olímpico de treinamento e pesquisa.

No setor de assistência e previdência Cr\$ 943 bilhões serão destinados ao pagamento de aposentados e pensionistas, ao programa de formação do patrimônio do servidor público e ao Instituto de Previdência Municipal. Na manutenção do programa de assistência ao menor estão previstos Cr\$ 461 bilhões e para as obras de construção, ampliação e reforma de creches foram destinados Cr\$ 35 bilhões. O Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal — Funaps — foi contemplado com Cr\$ 44 bilhões.

A verba será aplicada em habitações para famílias de rendimentos de até 1,5 salário mínimo e outros Cr\$ 27.604 milhões para o programa de urbanização de favelas do Município de São Paulo.

Na área de Saúde e Saneamento foram alocados Cr\$ 680 bilhões para operação e manutenção das redes de hospitais, pronto-socorros e postos de assistência médica; Cr\$ 32 bilhões à distribuição de leite a gestantes e crianças e Cr\$ 23 bilhões para a locação de leitos hospitalares. Foram alocados ainda Cr\$ 197 bilhões para as obras de construção dos hospitais de Campo Limpo e Ermelino Matarazzo e, se viabilizados os financiamentos, Cr\$ 95 bilhões para a construção de 33 postos de assistência médica. Os Cr\$ 268 bilhões destinados à Secretaria de Vias Públicas serão aplicados basicamente em obras de canalização de córregos. Para obras de construção de galerias secundárias e pequenas galerias, dentro do programa de eliminação de pontos críticos de enchentes, desenvolvido pelas secretarias de Vias Públicas e das Administrações Regionais, foram alocados Cr\$ 77 bilhões.

Os recursos por secretarias foram distribuídos da seguinte forma: as três secretarias mais beneficiadas foram as de Educação, com Cr\$ 1,758 trilhão; Transportes, com Cr\$ 1,671 trilhão; e Vias Públicas com Cr\$ 1,543 trilhão. Seguem-se as Secretarias das Administrações Regionais, com Cr\$ 1,488 trilhão; Higiene e Saúde, Cr\$ 1,233 trilhão; Família e Bem Estar Social, Cr\$ 824 bilhões; Serviços e Obras, com Cr\$ 350 bilhões; Cultura com Cr\$ 192 bilhões; Habitação e Desenvolvimento Urbano, Cr\$ 164 bilhões; Administração, Cr\$ 126 bilhões; Esportes, Cr\$ 78 bilhões; Negócios Jurídicos, Cr\$ 54 bilhões; Planejamento com Cr\$ 35 bilhões. A Câmara Municipal foi dotada com Cr\$ 155 bilhões, e o gabinete do prefeito com Cr\$ 94 bilhões. Os encargos gerais do município, que incluem despesas com pessoal, foram fixados em Cr\$ 4.887.152.923.

Já o déficit orçamentário de 1985 está previsto para 1,2 trilhão. A atualização do Imposto Predial e Territorial Urbano para o próximo ano será da ordem de 166%, segundo informou ontem o prefeito Mário Covas, ao anunciar a remessa da proposta orçamentária de 1986 para a Câmara Municipal. Covas acrescentou que no orçamento para 1986 não está previsto o reajuste do funcionalismo municipal, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro, mas garantiu que pelo menos concederá 100% do INPC, "uma vez que em minha administração não concedi reajuste inferior a isso".

Os Impostos Predial e Territorial Urbano, IPTU, representando 9,4% da receita total, deverão atingir Cr\$ 1.414.345 milhões. Já o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), deverá atingir Cr\$ 2.770.144 milhões, ou 18,4% da receita total.

Representando a maior parcela da receita total, 29,1%, a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) deverá atingir Cr\$ 4,4 trilhões. A participação do Município na distribuição da cota-parte desse tributo vem caindo sistematicamente: em 1976 era de 45,92% e, para o próximo exercício, será de 31,76%. Um dos fatores dessa queda, segundo explicou o prefeito, é o deslocamento de indústrias para outros municípios.

Dentre os grandes itens da receita estão as Operações de Crédito, as quais deverão atingir o montante de Cr\$ 4.215.679 milhões. Essas receitas, segundo está explicado na mensagem orçamentária, são consequências diretas do quadro atual do município, que perdeu a capacidade de investir com recursos próprios. A mensagem também explica que a sua viabilização depende de fatores que escapam ao controle da administração municipal.



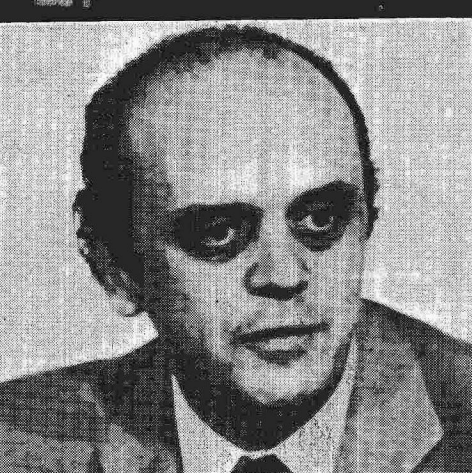
Justiça manda seqüestrar rendas para pagar desapropriados

Com isso, o governo pode até ser obrigado a suspender o pagamento de salários.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Nelson Pinheiro Franco, determinou ontem o seqüestro das rendas estaduais e municipais para pagamento de desapropriados e outros credores, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal. Com o acórdão do Supremo, considerou constitucional a medida do Tribunal de Justiça que passou a atualizar os débitos do Estado e da prefeitura com base em ORTNs.

A quantia a ser seqüestrada para satisfação do débito fazendário será aquela que a contabilidade apurar mediante aplicação das ORTNs no momento da feitura ou elaboração das operações de cálculos. O presidente do tribunal determinou que a contabilidade faça a atualização necessária, após o que serão expedidos os mandatos de seqüestro "sem prejuízo de outros complementares que se fizerem necessários".

Sustar pagamentos
O secretário do Planejamento, José Ser-



Serra: Tesouro abalado.

ra, disse ontem que "se houver efetivamente o seqüestro, teremos que suspender pa-

gamentos essenciais, eventualmente até de salários".

Serra não tinha no momento elementos exatos sobre o total a ser pago pelo Estado pelas desapropriações, mas afirma que, qualquer que seja ele, afetará profundamente o Tesouro.

Seus assessores estimam os débitos dessa natureza em sete trilhões de cruzeiros, em valores de julho último, e assinalam que as principais desapropriações a serem pagas referem-se a administrações passadas: cerca de um trilhão pela desapropriação da cidade de Palmital, que data de 1921, do tempo em que o Estado era governado pelo então presidente Washington Luís; três trilhões relativos à desapropriação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, determinada pelo então governador Carvalho Pinto; e as desapropriações para a construção da rodovia dos Trabalhadores, que inclui o Parque da Zona Leste, efetivadas pela administração Maluf.

PRIORIDADES: EDUCAÇÃO E SEGURANÇA.

Essas áreas ficarão com 26 dos 64 trilhões que o Estado gastará

Considerando prioritárias as áreas de Educação e Segurança, o governo do Estado de São Paulo enviou ontem para apreciação da Assembleia Legislativa a proposta orçamentária para o ano de 1986. De um total de Cr\$ 93,1 trilhões, deduzidos os gastos com compromissos anteriores — dívidas, desapropriações, transferência do ICM para os municípios — o Estado contará com cerca de 68,7% desta verba, ou seja, Cr\$ 64 trilhões.

Ao contrário dos anos anteriores, o Palácio dos Bandeirantes, não se preocupou em divulgar uma tabela com os recursos destinados a cada Secretaria, desta vez englobadas em atividades afins. Assim, para Educação, Cultura, Esportes e Turismo e para as três universidades paulistas, foi reservado um terço do orçamento total, ou seja, Cr\$ 18,8 trilhões; para Segurança foram alocados Cr\$ 7,3 trilhões. No orçamento para 85, Educação havia recebido Cr\$ 3.598 trilhões e, somados os quatro setores, os recursos chegavam a Cr\$ 4,5 trilhões; para Segurança, no orçamento passado haviam sido reservados recursos de Cr\$ 1.650 trilhões.

Ao anunciar ontem o envio da mensagem à Assembleia, o secretário José Serra, do Planejamento, destacou dois pontos considerados importantes durante a elaboração do orçamento: a prioridade ao setor social e a destinação de 70% do total do ICM para o pagamento do funcionalismo público. Ele afirmou ainda que, comparada com 1984, a receita do ICM voltou a crescer, "mas a massa de salários paga pelo Estado tem crescido em proporção ainda maior que a do ICM, em consequência de inúmeras melhorias salariais concedidas pelo Estado em 1984 e 1985".

Apreciação
A proposta orçamentária foi apresentada ontem ao presidente da Assembleia, deputado Luís Carlos Santos, pelo secretário do Planejamento, no último dia do prazo constitucional para a sua entrega ao Legislativo.

O orçamento será publicado no Diário Oficial; depois fica dez dias em pauta para conhecimento dos deputados e apresentação de emendas; a seguir é encaminhado à Comissão de Finanças que, no prazo máximo de 15 dias, oferecerá parecer sobre a proposta, incluindo ou não emendas. Aliás, a competência da Assembleia para emendar a proposta do Executivo é restrita, limitada principalmente à alteração dos limites de autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, sendo geralmente apresentadas propostas de redução de tais limites. Para 1986, o governador pede autorização para suplementações até 25% da despesa.

Educação
Somente para a Secretaria da Educação serão destinados Cr\$ 14,7 trilhões, permitindo que sejam construídos 1.361 novos prédios escolares com 5.733 salas de aula; manutenção e reforma de quatro mil escolas; mais 32 novas escolas agrícolas de segundo grau; distribuição de 4,3 milhões de livros pela Fundação do Livro-Escola, além de 1,5 milhão de textos didáticos; assistência médico-odontológica a 1,2 milhão de alunos do primeiro grau; reciclagem de 50% dos pro-

fessores da rede de ensino; distribuição de 300 milhões de merendas escolares, atendendo a 2,1 milhão de alunos do primeiro grau; e auxílio-transporte para 140 mil alunos na zona urbana e rural.

Cerca de Cr\$ 3,7 trilhões serão destinados à manutenção e ampliação do ensino universitário. A Universidade de São Paulo, com suas 33 unidades de ensino, deverá proporcionar, em 1986, habilitação e aperfeiçoamento a cerca de 50 mil alunos de diversas especialidades acadêmicas. Para a melhoria e ampliação das instalações físicas da USP, o orçamento prevê recursos da ordem de Cr\$ 25 bilhões.

De acordo com o orçamento, o Hospital Universitário de ensino da USP poderá internar, em 1986, cerca de 145 mil pacientes; atender em seu ambulatório cerca de 240 mil pessoas, e realizar aproximadamente 8.600 cirurgias-partos. Já o Hospital de Pesquisa e Reabilitação de lesões lábio-palatais atenderá cerca de 190 mil pacientes.

O hospital de ensino da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) deverá atingir 400 leitos, além dos 140 do centro de assistência médico-hospitalar para a saúde integrada da mulher.

Cultura
Para manter e ampliar os equipamentos existentes, a Secretaria da Cultura contará com recursos da ordem de Cr\$ 408,1 bilhões. Para a restauração e preservação de imóveis históricos, serão destinados cerca de Cr\$ 10,3 bilhões ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat). A Fundação Padre Anchieta receberá Cr\$ 231,6 bilhões.

Esportes e Turismo
Cerca de Cr\$ 66,8 bilhões serão investidos no desenvolvimento de atividades desportivas e no incentivo do turismo. Na Fundação Parque Zoológico, por exemplo, os recursos de Cr\$ 57,2 bilhões servirão para sua manutenção e pesquisas.

Saúde
A dotação orçamentária para esta Secretaria é de Cr\$ 4,1 trilhões, garantindo assim a continuidade do programa metropolitano de Saúde na Grande São Paulo; a construção e equipamento de 86 centros de saúde; construção de quatro hospitais gerais de 220 leitos cada um nos bairros de Parada de Taipas, Vila Nova Cachoeirinha, Vila penteado e Itaquera; conclusão e equipamento dos hospitais Nardini, em Mauá; Clínicas, em Franco da Rocha; do hospital de Cotia; continuação das obras do hospital de São Mateus; conclusão do Pronto Socorro de Sapopemba; ampliação do Hospital do Mandaquí; e recuperação do Instituto Butantã, que receberá cerca de Cr\$ 88,5 bilhões, permitindo ainda que o Instituto amplie a produção de vacinas e dê continuidade às pesquisas relacionadas com animais peçonhentos.

Ao Instituto Adolfo Lutz serão consignados Cr\$ 112,3 bilhões; o Instituto Pasteur receberá cerca de Cr\$ 6,2 bilhões, destinados a pesquisas e à ampliação da produção de soro anti-hidrofóbico. Para a fabricação de medicamentos e remédios, a Fundação do Remédio Popular (Furp) contará com recursos da ordem de Cr\$ 804,3 bilhões.

O Hospital das Clínicas contará em 1986 com cerca de um trilhão de cruzeiros, garantindo não somente o seu funcionamento, como ainda a ampliação nos atendimentos. Além disso serão destinados cerca de Cr\$ 27,5 bilhões para as reformas necessárias do Instituto Central do HC. Para o HC de Ribeirão Preto serão destinados Cr\$ 256,2 bilhões. Para o setor de saneamento básico, Cr\$ 8,3 trilhões.

Segurança Pública
Montoro considerou mais uma vez prioritário esse setor, motivo pelo qual destinará, em 1986, recursos da ordem de Cr\$ 7,3 trilhões, permitindo assim aumentar o policiamento, a aquisição de mais viaturas, e a implantação do Centro de Operações da Polícia Militar. Esses recursos permitirão ainda a construção, reforma e ampliação de cadeias e delegacias no Interior e Grande São Paulo, além da construção de um novo hospital da PM.

Cerca de Cr\$ 1,3 trilhão serão destinados à Secretaria da Justiça, permitindo assim o início das obras de construção do presídio de Tremembé, com 1.040 vagas; implantação da Penitenciária Feminina de Franco da Rocha; término do presídio de Campinas, com 520 vagas; prosseguimento das obras do presídio de Monguaguá, com 520 vagas; reformas na Casa de Detenção, na Penitenciária Feminina da Capital e de Araraquara, e nos presídios de São Vicente e Itirapina, e complementação de obras no Instituto de Classificação e Triagem da Capital.

Para a Secretaria da Promoção Social serão alocados Cr\$ 1,08 trilhão para a prevenção da marginalidade social, orientação a migrantes, amparo a crianças e idosos, além de programas de ação comunitária. A Febem receberá cerca de Cr\$ 349,9 bilhões.

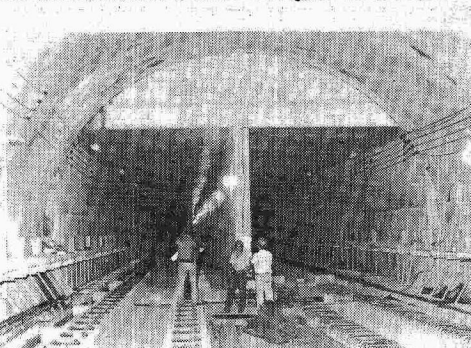
Transportes
A Secretaria dos Transportes contará com recursos da ordem de Cr\$ 5 trilhões para a pavimentação e ampliação em 2,678 quilômetros da rede vicinal, controle e segurança do tráfego nas rodovias estatais e conclusão da duplicação de estradas e continuidade do programa de construção da hidrovía Tietê-Paranã.

A Secretaria dos Negócios Metropolitanos contará com cerca de um trilhão de cruzeiros para a continuidade da implantação da linha Leste-Oeste o prosseguimento da linha do trem metropolitano do bairro de Pinheiros até o largo treze, em Santo Amaro; construção de estações e implantação da linha de Trólebus municipais.

Para o setor de Agricultura e Abastecimento serão destinados cerca de Cr\$ 1,4 trilhão para implantação dos armazéns graneleiros de Tupã, Avaré e São José do Rio Preto; crédito rural; e ampliação dos equipamentos de abastecimento.

A proposta orçamentária prevê ainda a alocação de Cr\$ 1,9 trilhão para o Poder Judiciário; Cr\$ 3,6 trilhões para o gabinete do governador; Cr\$ 1,2 trilhão para a Secretaria da Fazenda; Cr\$ 16,5 trilhões para a administração geral do Estado; Cr\$ 120,1 bilhões para a Secretaria do Trabalho; Cr\$ 1,5 trilhão para a Secretaria de Estado do Governo, entre outros. Cerca de Cr\$ 4 trilhões fazem parte da reserva de contingência.

As despesas correntes, com um montante de Cr\$ 10.087.164 milhões, representam 70,0% do total da despesa fixada para 1986. Sua participação é significativa em decorrência não só da maturação dos investimentos realizados em períodos anteriores, principalmente os da área social, como também do crescimento dos encargos com a dívida. Já as despesas de capital, com Cr\$ 4.312.830 milhões, representam 30,0% da despesa fixada para 1986, sendo que os principais gastos destinam-se à amortização da dívida.



403m de túnel quebrando recordes

O metrô não tem verbas. Mas quer iniciar estas obras.

Se depender da opinião e vontade do secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Affonso (foto), ainda neste ano serão abertas concorrências para início, em 86, de duas novas obras do Metrô de São Paulo: a ligação do Paraíso com a Vila Madalena, parte da linha Vila Prudente—Vila Madalena; e o prolongamento do trecho Norte, da linha Norte—Sul, até o Tucuruvi. Almino Affonso considera essas duas obras "prioritárias", apesar de garantir que não tem dinheiro para tocá-las. "Mas também não tínhamos dinheiro quando começamos a Leste-Oeste, que terminará no final do ano que vem". Por isso, só aguarda o sinal verde do governador Franco Montoro que, ele espera, deverá ser dado ou nesta terça-feira, durante a inspeção do chamado túnel Norte, "ou no máximo em uma semana".

— É só ele dizer que podemos começar uma das obras ou as duas, para abriremos as concorrências públicas, já que os estudos e os projetos estão prontos. Dinheiro nós não temos. Mas a experiência já mostrou que é possível ir equacionando esse problema, ao mesmo tempo em que se vai avançando várias etapas.

O túnel Norte — que o governador Franco Montoro e o secretário Almino Affonso, junto com a diretoria do Metrô, inspecionam nesta terça de manhã, quando também começarão a ser colocados os trilhos —, com seus 403 metros de extensão, já é um primeiro passo para levar os trens do Metrô até o Tucuruvi, atendendo uma velha reivindicação dos moradores da região e aproximando esse tipo de transporte do município de Guarulhos e, consequentemente, do aeroporto de Cumbica. Esse avanço do Metrô na zona Norte exigiria a construção de mais 3,5 quilômetros de linha e a construção de duas estações: Jardim São Paulo e Tucuruvi, que aliviariam sensivelmente a hoje saturada estação Santana.

Já a estação Paraíso, da Linha Norte-Sul, seria o ponto de partida para se levar o Metrô por baixo da avenida Paulista até a avenida Heitor Penteado, na altura da avenida Pompéia. Esse trecho terá sete quilômetros de comprimento e sete estações, incluindo a própria Paraíso: Brigadeiro, Triângulo, Consolação, Clínicas, Sumaré e Vila Madalena. Ficaria para mais tarde a conclusão de toda a linha Vila Prudente-Vila Madalena, com 16 quilômetros, que atenderia cerca de 1 milhão de pessoas por dia.

A partir de dezembro, quando o túnel Norte for inaugurado, a linha Norte-Sul passará a transportar mais 200 mil pessoas por dia, atingindo o total de 1,1 milhão de passageiros diários. Esse pequeno trecho de 403 metros permitirá a colocação de mais três trens em circulação (um total de 36), baixando de 125 para 90 segundos o intervalo entre trens. Será um dos menores intervalos entre trens do mundo, de acordo com a Companhia do Metrô.

O túnel Norte, que custou cerca de Cr\$ 90 bilhões, foi construído de três formas diferentes: um primeiro trecho, com 206 metros, foi feito por um método pioneiro em obras urbanas, conhecido como "método austríaco", que permite a construção de um túnel igual ao feito em shield, só que sem o uso da dispendiosa máquina (sai, pelo menos, três vezes mais barato); um segundo trecho, de 132 metros, foi feito pelo tradicional método de trincheira (cavar e cobrir) e exigiu a desapropriação de sete imóveis; e um terceiro trecho, com apenas 64 metros, também foi feito pelo método austríaco, mas com uma diferença do primeiro trecho, já que neste foram abertos dois túneis separados, um para cada via de trem, enquanto no trecho maior foi feito um só túnel, com 12 metros de largura e oito de altura.

O túnel está pronto. Neste mês de outubro terminarão as instalações dos cabos para baixa tensão, dos sistemas de controle e sinalização (comandos, telefonia, relógios e bombas de drenagem), do terceiro trilho (que alimenta os trens com energia elétrica) e dos 1.650 metros de trilhos feitos pela indústria nacional. Em novembro, todas essas obras também estarão concluídas. O túnel entrará, então, numa fase de testes operacionais para, finalmente, ser inaugurado em dezembro, permitindo — talvez — o prosseguimento da linha até o Tucuruvi.

Regina Helena Teixeira

